T0463001N

EDITAL N° 006/2022

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DGPC
SUPERINTENDÊNCIA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

PRIMEIRA AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EXTRAORDINÁRIO

ESCRIVÃO DE POLÍCIA DA 3ª CLASSE

Candidato(a)	Inscrição

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

Material
Além deste Caderno de Questões com quarenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas.

Divulgação
A prova e o gabarito preliminar estarão disponíveis conforme previsto em Edital.

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual se matriculou.
- O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno e na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.
- A Folha de Respostas é o único documento válido para avaliação.
- Preencha os campos destinados à assinatura na Folha de Respostas. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- Na Folha de Respostas, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta. Esse documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.
- O prazo de realização da prova é de **4 horas,** incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões.
- O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões, desde que permaneça na sala até 3h00min (três horas) após o início da prova.
- Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.

Fraudar ou tentar fraudar Concurso Público é Crime! Previsto no Art. 311 - A do Código Penal

Boa prova!

Investigação Crimes Contra a Vida

1

No estudo sobre a resolutividade dos crimes contra a vida, são apontados fatores que podem dificultar a elucidação dos homicídios. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

(A) a baixa integração entre as instituições envolvidas na persecução penal pode dificultar a resolução dos crimes.
(B) a investigação de homicídios deve ser conduzida exclusivamente com base na experiência individual do investigador.
(C) a integração entre as instituições envolvidas na persecução penal não exerce qualquer influência na resolução dos homicídios.
(D) a adoção de métodos e protocolos investigativos reduz a capacidade de atuação da equipe policial.
(E) a quantidade de homicídios ocorridos não possui qualquer relação com a capacidade de resolução dos casos.

2

A investigação criminal exige atuação técnica e organizada do policial. De acordo com o conteúdo estudado, assinale a alternativa correta:

(A) a investigação criminal deve se basear principalmente na intuição do investigador.
(B) a coleta aleatória de provas é suficiente para assegurar uma investigação eficiente.
(C) a experiência profissional dispensa a utilização de métodos e técnicas de investigação.
(D) a investigação criminal deve ser tratada como ciência, com utilização de métodos, técnicas e procedimentos específicos.
(E) o conhecimento especializado possui pouca relevância quando o investigador apresenta ampla experiência profissional.

3

Embora o latrocínio seja classificado pelo Código Penal como crime contra o patrimônio, suas técnicas investigativas apresentam pontos de contato com aquelas empregadas na investigação dos crimes contra a vida. Sobre as peculiaridades investigativas do latrocínio, assinale a alternativa correta:

(A) a investigação do latrocínio deve priorizar exclusivamente a relação pessoal entre autor e vítima.
(B) a motivação econômica do latrocínio torna dispensável a análise de evidências materiais.
(C) como autor e vítima geralmente não se conhecem, evidências materiais, como imagens de videomonitoramento, rastreamento de objetos subtraídos e impressões papilares, podem assumir grande relevância para a investigação.
(D) a análise criminal possui pouca utilidade no latrocínio, pois a motivação econômica impede a identificação de padrões entre ocorrências.
(E) o reconhecimento de suspeitos e a identificação de veículos empregados no delito não possuem relevância quando inexistir vínculo anterior entre autor e vítima.

4

Durante a investigação de um homicídio, a equipe obteve imagens de câmeras, depoimentos de testemunhas, dados telefônicos e vestígios periciais. Na análise do caso, esses elementos devem ser examinados conjuntamente e dentro de um contexto lógico, evitando conclusões baseadas em informações isoladas. A situação descrita corresponde ao:

(A) princípio da publicidade.
(B) princípio da possibilidade.
(C) princípio da integralidade ou da indivisibilidade da investigação.
(D) princípio da verossimilhança ou da verdade possível.
(E) princípio da oportunidade.

5

No levantamento preliminar junto ao comunicante de um homicídio, o policial civil que recebe o chamado deve:

(A) limitar-se a registrar o endereço da ocorrência, deixando a coleta das demais informações para a equipe que comparecer ao local.
(B) aguardar a realização da perícia para iniciar a obtenção de informações sobre o fato.
(C) buscar, desde o acionamento, obter com agilidade e precisão o máximo possível de dados e informações sobre o crime ocorrido.
(D) realizar os primeiros questionamentos somente após a identificação formal da vítima.
(E) evitar questionamentos ao comunicante antes da chegada da equipe ao local, para não interferir na investigação.

6

Ao se aproximar de um local de crime de homicídio, a primeira medida a ser adotada pelos policiais civis consiste em:

(A) iniciar imediatamente a coleta dos vestígios encontrados no local.
(B) identificar e entrevistar todas as testemunhas antes de qualquer outra providência.
(C) verificar se há perigo para a equipe policial e para as demais pessoas presentes no local.
(D) aproximar a viatura o máximo possível do ponto onde se encontra a vítima.
(E) iniciar a busca por câmeras de videomonitoramento existentes nas proximidades.

7

Durante o atendimento a uma ocorrência a um local de crime contra a vida, a equipe policial deve adotar medidas destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à área isolada. O isolamento do local de crime:

(A) deve alcançar exclusivamente o local imediato onde se encontra a vítima.
(B) tem como finalidade principal impedir que familiares acompanhem os trabalhos policiais.
(C) pode ser encerrado com a chegada da equipe pericial, pois a preservação do local passa a ser responsabilidade exclusiva dos peritus nesse tipo de atendimento.
(D) permite o acesso de terceiros ao cadáver, desde que não haja contato físico com a vítima.
(E) possui, entre suas finalidades, garantir a segurança dos profissionais que atuarão no local, preservar informações decorrentes das ações investigativas e periciais e preservar a imagem da vítima.

8

Na elaboração do Registro de Atendimento Integrado (RAI) referente a um crime contra a vida, o policial civil deve observar cautela quanto às informações registradas. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

(A) o policial civil deve evitar inserir no RAI informações sensíveis cuja publicidade possa comprometer as investigações.
(B) todas as informações obtidas durante a investigação devem constar detalhadamente no RAI, independentemente de seu caráter sensível.
(C) informações sobre diligências sigilosas devem obrigatoriamente constar no RAI para assegurar a publicidade da investigação.
(D) o RAI deve conter todas as hipóteses investigativas formuladas pela equipe policial, ainda que sua divulgação prejudique diligências futuras.
(E) a publicidade do RAI impede qualquer restrição quanto ao registro de informações relacionadas à investigação.

9

Durante a investigação de um crime contra a vida, a equipe policial realiza entrevistas com testemunhas e outras fontes humanas. Sobre a condução dessas entrevistas, assinale a alternativa correta:

(A) as provas materiais possuem, necessariamente, maior valor investigativo que as informações obtidas por meio de testemunhas.
(B) contradições entre depoimentos demonstram, por si só, que uma das pessoas entrevistadas está mentindo.
(C) as entrevistas podem ser conduzidas informalmente, pois a aplicação de técnicas específicas é necessária apenas durante o interrogatório do suspeito.
(D) a repetição de entrevistas por diferentes policiais é recomendável para evitar a formação de falsas memórias.
(E) as fontes humanas devem ser tratadas com tecnicidade, buscando-se evitar a contaminação de depoimentos, a reprodução de falsas memórias e a exposição indevida de colaboradores.

10

No contexto da investigação de homicídios, a metodologia de macroinvestigação diferencia-se da análise isolada de uma única ocorrência. Essa metodologia:

(A) busca compreender problemas criminais de maneira mais ampla, considerando aspectos como território, dinâmicas sociais, dados criminais e possíveis relações entre eventos e autores.
(B) destina-se exclusivamente à realização de perícias em locais com elevada incidência de homicídios.
(C) substitui a investigação individual dos homicídios ocorridos em determinada região.
(D) deve ser utilizada somente quando todos os autores dos homicídios já estiverem previamente identificados.
(E) desconsidera dados históricos e territoriais para concentrar a investigação exclusivamente nas informações obtidas em cada inquérito policial.

Conceitos e fundamentos da investigação

11

Considerando a importância dos princípios para a investigação policial, verifica-se que estes princípios:

(A) possuem função apenas complementar, sendo utilizados quando não houver regra específica disciplinando a investigação.
(B) estão relacionados exclusivamente à produção de provas, não interferindo na orientação das demais atividades investigativas.
(C) constituem a base ou o alicerce da investigação policial, servindo de fundamento e orientação para o desenvolvimento da atividade investigativa.
(D) são recomendações destinadas a auxiliar o investigador, podendo ser afastados de acordo com as circunstâncias da investigação.
(E) somente passam a orientar a atividade policial após a instauração formal do inquérito policial.

12

Considerando a aplicação do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana à investigação policial, tem-se que:

(A) o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana constitui fundamento da investigação policial e atua como limite ao exercício do poder de polícia, exigindo do investigador respeito à liberdade, à intimidade, à integridade física e moral e aos demais direitos inerentes à pessoa humana.

(B) o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana protege os direitos inerentes ao indivíduo, admitindo, contudo, que a necessidade de esclarecimento de infrações graves constitua fundamento suficiente para restringir sua intimidade e vida privada.

(C) a observância da dignidade da pessoa humana na investigação está relacionada principalmente à proteção da integridade física e moral do investigado, enquanto as limitações à sua liberdade e intimidade decorrem exclusivamente de outros princípios constitucionais.

(D) o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana orienta a atuação do investigador, mas sua função é predominantemente interpretativa, não estabelecendo limites concretos ao exercício do poder de polícia quando a diligência possuir finalidade investigativa legítima.

(E) a Dignidade da Pessoa Humana constitui fundamento constitucional da atuação estatal, de modo que as medidas investigativas capazes de restringir direitos individuais dependem da concordância da pessoa atingida para serem legitimamente realizadas.

13

Ao receber uma denúncia anônima, a autoridade policial determina a realização de Verificação da Procedência das Informações (VPI). Sobre os possíveis resultados desse levantamento de informações:

(A) a denúncia anônima autoriza, por si só, a imediata instauração de inquérito policial, sendo dispensável a verificação prévia das informações.

(B) a VPI somente poderá ser realizada após a instauração do inquérito policial, pois os levantamentos de informações dependem da existência de procedimento investigativo formal.

(C) caso o levantamento de informações aponte para a improcedência da denúncia, deverão ser convertidos em elementos de informação e juntados a inquérito policial.

(D) antes da instauração do inquérito policial, deverá ser verificada a procedência das informações. Se os levantamentos apontarem para a improcedência da denúncia, os autos da VPI serão arquivados; se apontarem para sua procedência, servirão de substrato para a instauração do inquérito.

(E) independentemente do resultado da VPI, a autoridade policial deverá instaurar inquérito policial para formalizar os levantamentos realizados.

14

Ao receber uma notícia de crime, o policial realiza pesquisas, entrevistas, campanas e capturas de imagens para verificar as informações disponíveis. Sobre essas atividades, verifica-se que:

(A) constituem necessariamente provas e, por isso, todas devem ser imediatamente juntadas aos autos.

(B) são levantamentos realizados para apuração da notícia de crime e poderão ou não resultar na produção de elementos de informação ou provas.

(C) são consideradas atividades investigativas somente quando realizadas após a instauração do Inquérito Policial.

(D) as informações obtidas em pesquisas policiais não podem ser utilizadas para direcionar outras diligências.

(E) levantamentos são exclusivamente diligências realizadas no local do crime.

15

O relatório policial:

(A) destina-se apenas a registrar diligências que tenham produzido prova conclusiva.
(B) deve conter somente o resultado das diligências, dispensando a descrição das ações realizadas.
(C) é documento oficial no qual o investigador deve expor as ações empreendidas, a motivação das diligências e, principalmente, seus resultados.
(D) deve ser elaborado apenas ao final da investigação, não sendo utilizado para documentar diligências realizadas durante seu desenvolvimento.
(E) deve registrar apenas informações favoráveis à linha investigativa adotada.

16

De acordo com as disposições relativas à cadeia de custódia, tem-se que:

(A) a cadeia de custódia inicia-se somente após o recolhimento do vestígio e seu encaminhamento para exame pericial.
(B) vestígio é apenas o objeto visível efetivamente recolhido no local do crime e destinado à realização de perícia.
(C) a responsabilidade pela preservação do vestígio cabe exclusivamente ao perito criminal, ainda que outro agente público o tenha reconhecido inicialmente.
(D) a cadeia de custódia compreende apenas os procedimentos realizados entre a coleta do vestígio e sua entrega ao órgão pericial.
(E) ela destina-se a manter e documentar a história cronológica do vestígio, permitindo rastrear sua posse e manuseio desde o reconhecimento até o descarte, iniciando-se com a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.

17

Sobre o planejamento da investigação policial, verifica-se que:

(A) o planejamento deve concentrar-se na definição das diligências, sendo a análise dos riscos realizada apenas durante sua execução.
(B) o planejamento é necessário somente em investigações complexas, podendo ser dispensado quando as diligências forem consideradas rotineiras.
(C) o planejamento está relacionado a três questões fundamentais: objetivo, risco e ação, envolvendo a definição das condutas a serem seguidas para alcançar o melhor resultado para a investigação.
(D) a definição do objetivo ocorre após a execução das primeiras diligências, quando já forem conhecidos os principais resultados da investigação.
(E) a análise dos riscos deve considerar exclusivamente os fatores que possam prejudicar a investigação, desconsiderando aqueles capazes de favorecer o resultado pretendido.

18

A respeito da utilização da ferramenta 5W2H no planejamento e na distribuição de tarefas da investigação policial, assinale a alternativa correta.

(A) a ferramenta 5W2H é utilizada exclusivamente na elaboração da Portaria de instauração do inquérito, não sendo aplicável às Ordens de Missão Policial.
(B) a utilização da 5W2H dispensa a identificação dos policiais responsáveis pelas diligências, desde que estejam definidos o objetivo e o prazo da investigação.
(C) a 5W2H, na distribuição de tarefas, contribui para que sejam definidos, de forma clara e específica, o que deverá ser feito, por quem, quando e em quanto tempo, onde, por que, como e, conforme o caso, o valor autorizado.
(D) a distribuição de tarefas deve ocorrer somente após a instauração do inquérito policial, por meio de Ordem de Missão Policial.
(E) o planejamento e a distribuição das tarefas investigativas são atividades exclusivas do delegado de polícia, não envolvendo a participação dos demais integrantes da equipe.

19

Embora o inquérito policial possua natureza inquisitiva, a própria evolução da investigação criminal reconhece a incidência do direito de defesa ainda nessa fase. Assim, durante o interrogatório de um investigado acompanhado por advogado, devem ser observadas garantias relacionadas ao exercício da defesa. Considerando o direito de defesa na investigação policial, tem-se que:

(A) o direito à defesa técnica e à autodefesa, embora o inquérito policial possua natureza inquisitiva, tem aplicação na fase da investigação policial, devendo o interrogatório ser precedido de entrevista prévia e reservada entre o interrogado e seu defensor.

(B) a presença do defensor durante o interrogatório é admitida, mas a entrevista reservada com o investigado depende de autorização da autoridade responsável pela investigação.

(C) o exercício da defesa técnica na investigação restringe-se ao acompanhamento do interrogatório, não abrangendo o exame dos autos de investigação em andamento.

(D) a natureza inquisitiva do inquérito limita o exercício da defesa técnica à fase posterior ao interrogatório, quando o defensor poderá ter conhecimento dos elementos já produzidos.

(E) a entrevista entre o interrogado e seu defensor poderá ocorrer durante a investigação, desde que realizada na presença da autoridade policial responsável pelo procedimento.

20

O sigilo do inquérito policial constitui importante instrumento para resguardar a eficácia da investigação e proteger a imagem e a segurança das pessoas envolvidas. Entretanto, esse sigilo deve ser compatibilizado com o exercício do direito de defesa durante a investigação. Considerando o sigilo da investigação e o acesso do advogado, verifica-se que

(A) o sigilo do inquérito impede o acesso do advogado enquanto a investigação estiver em andamento, sendo possível o exame dos autos somente após sua conclusão.

(B) o sigilo do inquérito não afasta o exercício da defesa técnica, sendo assegurado ao advogado o acesso aos elementos já documentados no procedimento investigatório que digam respeito ao exercício do direito de defesa.

(C) a existência de sigilo no inquérito autoriza a autoridade policial a restringir integralmente o acesso do defensor aos elementos já documentados, quando entender que sua divulgação poderá dificultar a investigação.

(D) o advogado possui acesso irrestrito a todas as informações relacionadas à investigação, inclusive às diligências em andamento e ainda não documentadas nos autos.

(E) o acesso do advogado aos autos durante a investigação depende de autorização prévia da autoridade responsável pelo procedimento, ainda que se trate de elementos já documentados.

Artigos 59 a 107 da Lei Orgânica da Polícia Civil

21

Um policial civil é preso em razão de decisão judicial. Durante o cumprimento da prisão, surge dúvida sobre o local em que deverá ser recolhido. De acordo com o art. 61 da Lei nº 16.901/2010, o policial civil deverá:

(A) ser recolhido obrigatoriamente ao Gabinete do Delegado-Geral da Polícia Civil.
(B) ser recolhido em dependência ou cela especial, quando sujeito a qualquer modalidade de prisão.
(C) ser recolhido ao mesmo estabelecimento destinado aos demais presos, sem qualquer tratamento diferenciado.
(D) permanecer obrigatoriamente em sua residência.
(E) ser recolhido exclusivamente em estabelecimento militar.

22

Um policial civil afirma que poderia renunciar voluntariamente a uma garantia funcional prevista na Lei nº 16.901/2010, desde que formalizasse sua manifestação por escrito. À luz do art. 61, § 2º, essa afirmação é:

(A) correta, pois toda garantia funcional pode ser objeto de renúncia expressa.
(B) correta apenas mediante autorização do Delegado-Geral.
(C) incorreta, pois as garantias e prerrogativas dos membros da Polícia Civil são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis.
(D) correta somente para policiais aposentados.
(E) incorreta apenas quando se tratar de prerrogativa processual.

23

Durante uma investigação policial, surgem indícios de que um policial civil teria praticado ilícito penal. Nessa situação, segundo o art. 62 da Lei nº 16.901/2010, a autoridade competente deverá:

(A) aguardar o encerramento da investigação para comunicar o fato.
(B) remeter imediatamente cópia do procedimento ao gerente de Correições e Disciplina da Polícia Civil.
(C) comunicar exclusivamente ao Poder Judiciário.
(D) comunicar apenas ao superior hierárquico imediato do policial investigado.
(E) arquivar o procedimento até que o Ministério Público determine sua continuidade.

24

Recebida a cópia de procedimento que contém indícios de ilícito penal atribuído a policial civil, o responsável pela Correição e Disciplina deverá adotar as providências previstas na legislação. Segundo o art. 62, essas providências se destinam à:

(A) instauração obrigatória de processo criminal.
(B) instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar.
(C) aplicação imediata de penalidade disciplinar.
(D) suspensão automática do policial.
(E) exoneração do servidor.

25

Durante uma investigação criminal, um delegado de Polícia necessita obter informações e documentos que estão sob responsabilidade de determinada autoridade pública. Considerando as garantias previstas na Lei nº 16.901/2010, nota-se que:

(A) o delegado somente poderá solicitar informações mediante autorização prévia do Delegado-Geral.
(B) o delegado poderá requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções.
(C) o delegado poderá requisitar qualquer documento público ou particular, independentemente das normas aplicáveis ao órgão responsável.
(D) o delegado poderá requisitar informações apenas quando estiver conduzindo investigação relacionada a crime de ação penal pública incondicionada.
(E) o delegado deverá solicitar judicialmente toda e qualquer informação necessária ao exercício de suas funções.

26

Um policial civil aposentado precisa comprovar sua condição funcional perante determinada instituição. Ele questiona se ainda possui direito à identidade funcional prevista na Lei nº 16.901/2010. Considerando esta legislação, verifica-se que:

(A) somente policiais em atividade possuem direito à identidade funcional.
(B) o direito existe apenas durante os cinco primeiros anos após a aposentadoria.
(C) o policial civil, em atividade ou aposentado, tem direito à identidade funcional equivalente à identidade civil.
(D) o aposentado somente poderá utilizar sua antiga identidade funcional mediante autorização do Delegado-Geral.
(E) a identidade funcional do aposentado não possui qualquer validade.

27

Durante uma missão policial de caráter urgente, uma equipe necessita deslocar-se rapidamente, ingressar em determinado local que requer intervenção policial e utilizar serviço de comunicação para viabilizar a atuação. Considerando as prerrogativas previstas no art. 61 da Lei Estadual nº 16.901/2010, verifica-se que:

(A) nenhuma das situações está abrangida pelas prerrogativas do policial civil.
(B) apenas o acesso ao local pode ser considerado prerrogativa, sendo vedada a prioridade em serviços de comunicação.
(C) a prioridade em serviços de transporte e comunicação e o livre acesso a locais públicos ou particulares que necessitem de intervenção policial estão previstos entre as prerrogativas, observadas as condições estabelecidas na lei.
(D) a prioridade em transporte e comunicação independe do caráter urgente da missão.
(E) o livre acesso a locais particulares é absoluto e não está sujeito à legislação ou à hierarquia administrativa.

28

Durante o atendimento de uma ocorrência, um policial civil é tratado por determinado agente público de forma incompatível com o nível do cargo que desempenha. Ao analisar a situação à luz das prerrogativas previstas na Lei Estadual nº 16.901/2010, verifica-se que:

(A) não possui qualquer prerrogativa relacionada ao tratamento que deve receber no exercício de suas funções.
(B) tem direito a receber tratamento compatível com o nível do cargo desempenhado.
(C) somente poderá exigir tratamento compatível com o cargo quando estiver acompanhado do delegado de polícia.
(D) possui direito a tratamento diferenciado apenas quando estiver em missão de caráter urgente.
(E) poderá exigir tratamento compatível apenas mediante autorização do Delegado-Geral da Polícia Civil.

29

Um agente de Polícia afirma possuir independência funcional expressamente prevista no art. 60 da Lei nº 16.901/2010, nos mesmos termos do Delegado de Polícia. Considerando exclusivamente os arts. 59 e 60, nota-se que a afirmação:

(A) está correta, pois a independência funcional é garantia expressa de todos os policiais civis.
(B) está correta somente após a confirmação no cargo.
(C) está incorreta, pois a independência funcional está expressamente prevista no art. 59 como garantia dos delegados de Polícia, não constando entre as garantias enumeradas no art. 60.
(D) está incorreta porque agentes não possuem qualquer garantia funcional.
(E) está correta somente para agentes que exerçam função de chefia.

30

O policial civil Carlos encontra-se apto, em princípio, a concorrer à próxima promoção funcional. Contudo, durante a análise de sua situação funcional, constatou-se que ele responde a Processo Administrativo Disciplinar. O caso foi encaminhado ao Conselho Superior da Polícia Civil para apreciação. Considerando essa situação e as regras relativas aos impedimentos para promoção, Carlos:

(A) poderá concorrer normalmente à promoção, pois a simples existência de Processo Administrativo Disciplinar não produz qualquer consequência para sua promoção.
(B) estará automaticamente impedido de concorrer à promoção, independentemente de manifestação do Conselho Superior da Polícia Civil.
(C) poderá ser impedido de concorrer à promoção, caso o Conselho Superior da Polícia Civil, a seu juízo, reconheça o impedimento em razão do Processo Administrativo Disciplinar.
(D) somente poderá ser impedido de concorrer à promoção após decisão judicial definitiva sobre o Processo Administrativo Disciplinar.
(E) a existência de Processo Administrativo Disciplinar impede definitivamente qualquer promoção futura do servidor.

Artigo 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020

31

Um Escrivão de Polícia Civil é flagrado transitando, em logradouro público, portando arma de fogo institucional, sem estar de posse da respectiva identificação funcional. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta do servidor:

(A) constitui ilícito meramente ético, sem previsão no regime disciplinar estadual.
(B) constitui transgressão disciplinar expressamente prevista na legislação estadual.
(C) caracteriza exercício regular do direito de porte de arma, não configurando infração funcional.
(D) constitui conduta atípica para fins de responsabilização administrativa.
(E) configura exclusivamente infração relacionada às normas de trânsito.

32

Durante o atendimento em uma unidade policial, um Escrivão de Polícia Civil repassa informalmente a um conhecido, que não possui qualquer atribuição legal para atuar no caso, informações sobre uma ocorrência policial em andamento. Considerando o disposto no art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta do servidor constitui transgressão disciplinar por

(A) prestar auxílio comunitário não remunerado.
(B) divulgar ato oficial previamente autorizado pela autoridade policial competente.
(C) dar conhecimento de ocorrência do serviço policial a quem não tenha atribuições para nela intervir.
(D) deixar de registrar o boletim de ocorrência no sistema próprio.
(E) omitir informações essenciais para a lavratura do auto de prisão em flagrante.

33

Em ambiente público de trabalho, um Escrivão de Polícia Civil utiliza expressões depreciativas e desrespeitosas ao se referir a autoridades superiores e a atos da administração pública estadual. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, essa conduta:

(A) constitui transgressão disciplinar por manifestar-se de forma desrespeitosa sobre autoridades e atos da administração pública estadual.
(B) constitui conduta respaldada pelo princípio da liberdade de expressão irrestrita.
(C) configura apenas falta leve, passível de orientação verbal, sem previsão na legislação disciplinar.
(D) constitui somente infração quando os comentários são publicados em diário oficial.
(E) é permitida desde que não haja usuários do serviço público ou advogados presentes na unidade policial.

34

Sem qualquer razão decorrente do serviço policial, um Escrivão de Polícia Civil é visto habitualmente exibindo-se em público e mantendo relações de amizade com indivíduos de notórios e desabonadores antecedentes criminais. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, essa conduta:

(A) é irrelevante para a Administração Pública, por se tratar exclusivamente de aspecto da vida privada do servidor.
(B) constitui transgressão disciplinar, por comprometer a conduta e o decoro exigidos do servidor policial.
(C) é permitida desde que os indivíduos não possuam mandado de prisão em aberto.
(D) constitui dever funcional de integração social do policial civil.
(E) somente configura infração disciplinar quando houver autorização prévia da Corregedoria.

35

Após a lavratura de um auto de prisão em flagrante, o Escrivão de Polícia Civil responsável pelo cartório deixa de comunicar imediatamente a prisão ao juiz competente, conforme determina a legislação. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, essa omissão:

(A) constitui mera falha de expediente, sem relevância para fins disciplinares.
(B) acarreta exoneração sumária do servidor, independentemente de processo administrativo.
(C) constitui transgressão disciplinar expressamente prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás.
(D) é admitida quando a unidade policial estiver enfrentando acúmulo excepcional de trabalho.
(E) constitui procedimento facultativo, a critério do Escrivão de Polícia responsável pelo cartório.

36

Matriculado compulsoriamente em curso de capacitação promovido pela Polícia Civil do Estado de Goiás, um Escrivão de Polícia Civil deixa de frequentar regularmente as atividades, sendo desligado do programa por falta de assiduidade. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta do servidor:

(A) constitui ato discricionário do servidor, sem repercussão na esfera funcional.
(B) caracteriza transgressão disciplinar relacionada ao descumprimento dos deveres de assiduidade no curso de capacitação.
(C) acarreta o cancelamento automático do concurso público que deu origem à sua investidura.
(D) é irrelevante para a vida funcional do servidor, especialmente quando este já adquiriu estabilidade na carreira policial.
(E) constitui justificativa automática para a concessão de licença para capacitação.

37

Durante a realização de interrogatório em procedimento policial, o investigado solicita a presença de seu advogado para acompanhá-lo. Sem qualquer motivo justo, o Escrivão de Polícia Civil dificulta o ingresso do defensor na sala onde será realizado o ato. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, o servidor incorre em transgressão disciplinar por:

(A) recusar-se a prestar informações de utilidade pública.
(B) impedir ou dificultar, sem motivo justo, a presença de advogado na fase de inquérito policial.
(C) assinar depoimento em substituição à autoridade policial competente.
(D) dar andamento a procedimento submetido a sigilo sem prévia autorização judicial.
(E) indicar advogado particular à pessoa investigada.

38

Um Escrivão de Polícia Civil, ao manusear arma de fogo sob sua responsabilidade funcional, age com imprudência e, em razão de sua conduta, causa dano ao armamento pertencente à repartição policial. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, essa conduta:

(A) constitui ato fortuito que exclui, por si só, qualquer possibilidade de apuração administrativa.
(B) constitui transgressão disciplinar expressamente prevista na legislação estadual.
(C) acarreta a transferência automática do servidor para outra Unidade Policial.
(D) configura exclusivamente ilícito civil, sem repercussão na esfera administrativa.
(E) constitui conduta permitida quando praticada durante o horário de expediente policial.

39

Durante o trâmite de uma investigação no cartório policial, um Escrivão de Polícia Civil sugere e indica ao investigado o nome de determinado advogado para atuar em sua defesa particular. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta do servidor:

(A) constitui prestação de auxílio público obrigatório ao cidadão que necessite de assistência jurídica.
(B) constitui prerrogativa funcional destinada a agilizar a conclusão dos procedimentos policiais.
(C) configura falta meramente leve, sem previsão expressa na legislação disciplinar.
(D) constitui procedimento regular de orientação ao público realizado nas unidades policiais.
(E) configura transgressão disciplinar por indicar advogado para a defesa particular de pessoa envolvida em procedimento policial.

40

Um Escrivão de Polícia Civil, responsável pela custódia de uma pessoa presa em cela provisória da unidade policial, permite voluntariamente que o custodiado mantenha em seu poder instrumento perfurante capaz de causar danos ou lesões. Considerando as disposições do art. 204 da Lei Estadual nº 20.756/2020, a conduta do servidor constitui:

(A) dever de cortesia no tratamento de pessoas custodiadas.
(B) prática permitida quando autorizada pela autoridade policial de plantão.
(C) ato ilícito que somente pode ser praticado por servidor vinculado ao órgão gestor do sistema prisional.
(D) transgressão disciplinar por permitir que pessoa presa conserve em seu poder instrumento capaz de causar dano ou lesão.
(E) mero descumprimento de norma interna da unidade policial, sem previsão na legislação estadual.

----------destaque aqui----------

GABARITO RASCUNHO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25

26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40